

# B Município forte. Brasil forte. LETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • junho de 2016



Nesta edição:

- Projeto Movimento desperta ações em favor da mobilidade urbana
- Ações da CNM são destaque em sustentabilidade e inclusão social
- Conhecendo o Monitor da Seca no Nordeste: expectativas e preocupações

## Saúde

# SOS: estudo da CNM revela gargalos na

Das 11.015 obras previstas pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) até o ano de 2015, somente 27% foram concluídas. Os dados fazem parte de um estudo técnico elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). O material faz uma análise da ampliação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), previstas no Programa.

Os números foram obtidos por meio de relatório divulgado pelo governo federal em fevereiro deste ano. A partir disso, a Confederação avaliou o andamento dessas duas unidades. Como explica a CNM, as Unidades Básicas de Saúde são a principal porta de usuário para atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Além disso, são os locais prioritários de atuação das equipes de atenção básica como Consultório na Rua, Atenção Domiciliar e Equipe Saúde na Família (ESF), por exemplo. Os atendimentos realizados nas UBS incluem consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames, tratamento odontológico, entrega de medicação e outros conforme demanda local.

Segundo o balanço do programa, existem atualmente 10.590 UBS distribuídas em 3.630 cidades. No que diz respeito aos Municípios contemplados com essas obras, a região Nordeste se destaca com um total de 1.471 cidades. Em segundo lugar fica a região Sudeste, com 876 cidades e, na terceira posição, a região Sul, ao registrar 617 cidades contempladas. Por fim, a região Centro-Oeste (344) e região Norte (322).

Dentre as UBS cadastradas no PAC, aproximadamente 45% são do tipo 1. Isso quer dizer que a Unidade possui apenas uma equipe de atenção básica. Menos de 2% das UBS são classificadas como tipo 4, com capacidade para comportar, no mínimo, quatro equipes de atenção básica. Cerca de 42% das UBS estão em processo de ampliação, que ocorre quando o Município já possui a estrutura física e identifica a necessidade de aumentar a capacidade de atendimento à população.

Mesmo com as possibilidades de ampliação e reforma, o que se nota é que o sistema de saúde brasileiro ainda está debilitado. A oferta não é suficiente



Ag. Brasil

para atender a toda a população. Conforme sinaliza o estudo da CNM, das mais de 10 mil UBS existentes, 67,4% se encontram em fase de obras. Apenas 27,8% estão terminadas.

## Unidades de Pronto Atendimento

Enquanto as UBS focam na atenção básica, as UPAs fazem parte do nível intermediário de atenção à saúde. Com funcionamento integral, essas Unidades resolvem parte dos casos de urgência e emergência, como pressão, febre alta, fraturas, cortes, infarto e derrame.

A maioria das UPAs deve contar com raio X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. Os casos mais complexos precisam ser encaminhados aos hospitais da região, que dispõem de infraestrutura mais ampla.

Do total de 425 UPAs existentes, cerca de 50% são do tipo 1 e, portanto, atendem a uma média de 150 pacientes por dia. Somente 14,8% são do tipo 3 e têm capacidade para atender a até 350 pacientes diariamente, conforme verificado pelo estudo da CNM.

A região Nordeste é que a concentra o maior número de Municípios que receberam recursos para construir, ampliar ou reformar essas Unidades: 123, ao todo. Em segundo lugar, fica a região Sudeste, com 101 Municípios; depois a região Sul, com 54 cidades. Por fim, aparecem a região Centro-Oeste (38) e a região Norte (35). Como se pode observar, existe uma concentração das obras das UPAs no Nordeste do país.

No comparativo por Estado, São Paulo lidera o

ranking com 111 Unidades. A diferença é significativa para a segunda colocada da lista: a Bahia. O Estado baiano reúne um total de 32 UPAs. Na terceira posição, está o Rio Grande do Sul com 28 UPAs.

O último relatório do PAC aponta que, do total de UPAs, mais de 70% está em obras. Esse percentual equivale a 308 Unidades, das 425 existentes, e engloba também as UPAs que estão classificadas em processo de ampliação. Somente 8,94% das Unidades foram concluídas.

## SOS MUNICÍPIOS

Seja para as obras das UBS ou UPAs, o estudo da Confederação aponta para uma realidade semelhante: a quantidade de equipamentos em fase de andamento supera consideravelmente aqueles que já estão prontos. Com isso, fica evidente o gargalo que existe no sistema de saúde brasileiro e a necessidade de atendimento da comunidade.

Além disso, a entidade destaca as dificuldades dos gestores municipais em manter as estruturas ativas. O que acontece hoje é que a política de subfinanciamento dos programas federais transfere aos Municípios inúmeras responsabilidades, sem repasse proporcional dos recursos. A CNM entende que é preciso modificar esse modelo atual, para que assim a comunidade receba melhores serviços.

# atenção básica e média complexidade



## Preocupação com fim do Programa Mais Médico é assunto no Conselho Político da CNM

Melhorar o acesso à saúde, esse foi o objetivo do Programa Mais Médicos (PMM) criado em 2013. Assim, ele melhorou a qualidade de vida de muitos habitantes no interior do Brasil. Porém, nas últimas semanas, vários gestores municipais externaram sua preocupação com a continuidade do Programa. Essa pauta importante foi tema da reunião do Conselho Político da Confederação Nacional de Municípios (CNM) que ocorreu entre os dias 23 e 25 de maio.

A Atenção Básica é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS); por isso, é necessário que esteja presente em todos os Municípios, garantindo acesso universal, com qualidade e em tempo oportuno. Infelizmente essa situação ideal é muito distante da realidade, já que muitos médicos possuem resistência para se instalar em lugares muito distantes de áreas urbanas.

O PPM foi criado por meio de Medida Provisória (MP), convertida em Lei em outubro do mesmo ano. A referência usada para o Programa foi a meta de 2,7 médicos por 1.000 habitantes, proporção encontrada no Reino Unido, país que, depois do Brasil, tem o maior sistema de saúde público de caráter universal orientado pela Atenção Básica. Segundo dados do Ministério da Saúde (MS), para atingir esse número em 2013, seriam necessários 168.424 profissionais a mais.

A distribuição dos médicos nas regiões do país demonstra um importante padrão de iniquidade, com boa parte dos Estados com uma quantidade de médicos abaixo da média nacional, somente seis Estados têm mais de 2,09 médicos por 1.000 habitantes. Muitas cidades não tinham médico residindo no Município, e grandes contingentes populacionais não contavam com acesso garantido a uma consulta médica. Com a chegada do PPM, a situação de muitos Municípios mudou.

**Conselho Político da CNM** – A fala dos presidentes das associações e

das federações estaduais foi que o caos se instalará na Atenção Básica caso os profissionais do Programa Mais Médicos não sejam repostos com brevidade. A situação precária se agravaria para o colapso da Atenção Básica caso ocorra a interrupção do Programa.

Ainda foi possível perceber a avaliação positiva que os moradores e os gestores em geral fazem a respeito da atuação dos médicos cooperados por meio do convênio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), ou seja, dos médicos provenientes de Cuba. Eles foram descritos como profissionais capacitados, disponíveis e amáveis, que se mostram resolutivos às questões de saúde próprias do cuidado preventivo e acompanhamento dos cidadãos.

**CNM em ação** – Pelo exposto, a CNM entende que, sem o Programa Mais Médico, a saúde dos Municípios entraria em colapso. Qualquer risco de desmonte dele implicaria retrocesso da cobertura e do acesso à Saúde da população brasileira, em especial, nos pequenos e nos médios Municípios. Nesse sentido, a entidade aponta a necessidade de aprovação da MP 723/2016, editada em 29 de abril de 2016, na qual o governo federal prorroga por três anos o prazo de revalidação do diploma e do visto temporário dos médicos intercambistas do Programa. Assim, essa MP possibilita a continuidade do Programa.

A Confederação enviou um ofício ao ministro da Saúde mostrando a importância do Programa para os Municípios brasileiros e para a população que necessita do atendimento da Atenção Básica. Ao mesmo tempo, a CNM convida os gestores municipais a conversarem com seus parlamentares para a necessidade da manutenção do PMM, sob pena de paralisia da Atenção Básica. Afinal de contas, o Município já tem que lidar com muito ônus, tais como atrasos de repasses e subfinanciamento da Saúde, e não poderá suportar perder os profissionais que atendem a sua população.

## XIX Marcha

# Ações da CNM durante e pós Marcha são destaque em sustentabilidade e inclusão social

Promover um evento como a *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* traz consigo grandes responsabilidades socioambientais; por isso, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) se preocupou desde o início da organização do evento, este ano, em minimizar os impactos ambientais.

Entre elas, a escolha de um local no centro de Brasília com excelente iluminação natural para diminuir a utilização de energia elétrica. Além disso, a Confederação disponibilizou ônibus para transportar colaboradores e participantes. Essas ações reduzem as emissões de gases de efeito estufa e se concretizam como atitudes de forte compromisso ambiental da entidade.

Dentre os destaques de ações socioambientais da Confederação estão a coleta seletiva e a reutilização de *banners*. Cabe destacar que, dentre os cuidados na gestão de resíduos secos, a coleta seletiva de papel realizada durante a Marcha ocorreu por meio da reutilização de caixas de papelão usadas para transportar material do evento.

## Ganhos ambientais

Desta forma, há a maximização dos ganhos ambientais, uma vez que não foram necessárias lixeiras novas, e as caixas reutilizadas depois se tornaram parte do material destinado à cooperativa. Fecha-se um ciclo virtuoso onde estão aplicados os conceitos de Reduzir, Reutilizar e Reciclar no planejamento da coleta seletiva da CNM na última Marcha.

As caixas da coleta seletiva de papel foram colocadas ao lado de cada lixeira comum em todo o espaço do evento para evitar que os participantes jogassem na lixeira comum o papel reciclável. Foram feitos vídeos informativos sobre a coleta seletiva explicando quais tipos de papéis são considerados recicláveis e para sensibilizar e mobilizar os participantes a fazerem a destinação correta dos resíduos.

Como resultado do excelente planejamento e execução da coleta seletiva de papéis e de papelão na Marcha, a cooperativa Flor do Cerrado pode ser beneficiada com mais de 500 kg de materiais reci-

cláveis. Entretanto, ao analisar o custo-benefício dessa ação e verificar o baixo preço dos materiais recicláveis e o alto custo do combustível, a Confederação analisou que a coleta seletiva havia logrado êxito apenas no quesito ambiental, uma vez que o material coletado iria render menos de R\$100,00 à cooperativa. Era preciso fazer algo mais para propiciar os benefícios sociais.

## Doação de cestas básicas

Após conversar com os catadores, a CNM optou por doar cestas básicas a todos os 61 cooperados e assim beneficiar mais de 200 pessoas de forma di-

reta e eficaz. Somente assim, a coleta seletiva poderia tornar-se de fato uma ação socioambiental em sua plenitude.

A entrega das cestas básicas ocorreu na casa de um dos cooperados, uma vez que a cooperativa ainda está em vias de adquirir espaço para sede própria.

O valor estimado pela cooperativa em reais da coleta seletiva dos recicláveis da Marcha não seria suficiente para a compra sequer de 2 cestas básicas. Nesse sentido, a Confederação acredita que as ações socioambientais devem considerar toda a complexidade da temática ambiental, envolvendo os catadores de forma direta e positiva.



## Doação de Banners

Cientes de que para realizar ações socioambientais é preciso envolver os grupos mais vulneráveis no contexto ambiental, a Confederação decidiu por inserir a questão de gênero nas ações da Marcha. Incentivar a autonomia das mulheres é primordial para uma sociedade mais justa e com maior qualidade de vida.

Com base nesse pensamento, a CNM escolheu a associação de mulheres denominada Candangas, uma associação de costureiras de baixa renda que decidiram se unir e trabalhar com materiais reutilizados em seus produtos, como lonas de *banners*. A associação Candangas fica localizada na periferia de Brasília, em

Planaltina, a mais de 50 km de distância.

Ao total, foram doados 50 *banners* de pequeno porte com 0,90m x 1,40m de altura. Entretanto, há *banners* de grande porte, como os *banners* de divulgação da Marcha em áreas externas ao evento, medindo 6m x 40m.

Por fim, a CNM destaca que a estimativa das associadas é que as lonas doadas pela CNM irá abastecer a associação com material para fabricação de centenas de produtos, durante 2 meses. A produção das costureiras é exposta em feiras e na própria sede das Candangas, em Planaltina (DF).

Não há dúvidas quanto aos benefícios socioambientais dessa ação da Marcha, a qual foi recebida com muita alegria pelas associadas.

## Desenvolvimento urbano

# CNM está preocupada com prazo para governadores e prefeitos elaborarem o Pdui

Mais de um ano e meio após a sanção da Lei Federal 13.089/2015, que instituiu o Estatuto da Metrópole, e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostra preocupação com as demandas e o prazo para o cumprimento delas. Principalmente, em relação ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (Pdui). Segundo esclarecimentos do departamento de Planejamento Urbano da entidade, a legislação trouxe o marco jurídico e regulamentou as competências de Estados e Municípios para o planejamento e a gestão dos serviços urbanos, de forma coordenada, em regiões metropolitanas.

Dentre as ações a serem desenvolvidas, neste contexto, estão os serviços de Saneamento Básico; o planejamento e as diretrizes para uso e ocupação do solo; o de transporte público, que necessitam de integração entre os vários Municípios metropolitanos, e outros serviços. Ainda, conforme lembra a entidade, a lei estabelece o prazo de janeiro de 2018 para que os Estados em cooperação com os Municípios – inclusive em regiões metropolitanas – elaborem o Pdui.

De acordo com a Confederação, o processo de coordenação com essa abrangência impõe um diálogo participativo e estratégico entre os Municípios e o Estado, uma vez que as diferenças partidárias, os conflitos na prestação de serviço de forma coordenada, a falta de financiamento e o apoio da União em aperfeiçoar a mediação e fortalecer o pacto federativo são os desafios que governadores e prefeitos enfrentarão para o cumprimento da legislação.

É exatamente nesse ponto mencionado acima que está a maior preocupação da CNM. Isso porque a entidade sabe como é frágil esse diálogo político entre União, Estados e Municípios. Quando se trata da pauta metropolitana brasileira, em linhas gerais, o debate está centrado no Executivo de forma a desconSIDERAR a pluralidade de diferenças que marcam as mais de 80 regiões

metropolitanas brasileiras. A entidade entende que debater estratégias sem definir claramente recursos se revela um desafio para que os gestores públicos possam aperfeiçoar políticas públicas com foco em regiões metropolitanas de forma a melhorar a qualidade da vida da população.

Outra questão que tem angustiado a CNM é a execução das ações no prazo estipulado pela legislação. Conforme pondera a área de Planejamento Territorial, a diversidade institucional e técnica dos Estados e dos Municípios somada à falta de apoio técnico e à ausência de instâncias de mediação de conflitos podem provocar uma crescente judicialização de conflitos interfederativos, entre os dois Entes. Além disso, vale lembrar que o descumprimento da legislação implica sanção de improbidade administrativa aos governadores, prefeitos e gestores públicos.

Tudo isso mais o cenário atual de agravamento da crise econômica, a falta de recursos aportados pela União para a promoção de capacitação técnica

aos governos locais, a deflagração do processo eleitoral no ano de 2016 e a posse dos novos agentes políticos em janeiro de 2017. Para a Confederação, esses aspectos não estão sendo devidamente considerados nos espaços de debates institucionais.

Por fim, a entidade municipalista defende que as estratégias de implementação do Estatuto da Metrópole se concretizem em um ambiente de solidariedade entre os Entes e que a União assuma as suas responsabilidades em integrar programas e políticas que fomentem o desenvolvimento cooperado e fortaleçam sobretudo a capacidade institucional do Ente municipal no que tange às ações de desenvolvimento urbano.

Com objetivo de disponibilizar mais esclarecimentos aos gestores locais sobre a demanda, a CNM elaborou a Nota Técnica 19/2016. O documento está disponível na biblioteca *on-line* da Confederação, no portal da entidade, em: <<http://www.cnm.org.br/biblioteca/download/2503>>.



## Mobilidade urbana

# Projeto Movimento desperta ação

Pouco mais de um ano depois de sua criação, o Projeto Movimento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) segue firme e apresenta novos resultados. A iniciativa, estabelecida como projeto-piloto na cidade de Valparaíso de Goiás (GO), foi exposta a dezenas de gestores municipais durante a *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em maio deste ano.

A cidade goiana fica localizada a aproximadamente 40 quilômetros de Brasília e tem como uma de suas características o deslocamento diário da comunidade para a capital em função do trabalho. Com o grande fluxo, a BR-040, principal via de acesso e saída de Valparaíso, fica congestionada a maior parte do tempo. Nos horários de pico, o tempo de percurso entre as duas cidades pode chegar a duas horas.

É nesse contexto que surgiu o Projeto Movimento. A ideia era criar um grupo de trabalho para não apenas identificar como propor soluções aos problemas de mobilidade do Município. Essa inversão na abordagem, com foco nos aspectos práticos, faz parte da metodologia Smart. Ela foi criada pela Universidade de Michigan, parceira no Projeto, e tem sido aplicada em diversos países ao redor do mundo. Seu diferencial é justamente utilizar instrumentos que possibilitem encontrar soluções às questões de mobilidade urbana.

Durante meses, foram promovidos diversos encontros com a sociedade civil. O primeiro deles, por exemplo, tinha o intuito de apresentar a metodologia Smart ao grupo e confirmar o interesse dos presentes em fazer parte do Projeto Movimento. Desde então, os participantes têm trabalhado para identificar os entraves de mobilidade em Valparaíso de Goiás e propor iniciativas passíveis de serem implementadas.

Ao todo, foram criados dois grupos de trabalho, cada um com um enfoque. O primeiro deles trata da questão da infraestrutura para a mobilidade. Já o segundo busca formas de melhorar o desenvolvimento econômico e socioambiental da cidade.



Projeto Movimento

## Infraestrutura para mobilidade

Como parte de suas atividades, o grupo 1 tem articulado parcerias entre os setores locais e incentivado o uso da bicicleta como meio de deslocamento. Para isso, vem desenvolvendo ações de lazer para a comunidade e também promovendo o engajamento dos ciclistas com a causa.

Essa aproximação tem possibilitado realizar vários eventos na cidade. Entre eles, a Caminhada e Pedal da Solidariedade, que reuniu mais de 200 pessoas. Além de atletas, a atividade contou com a presença de jovens e adultos da região. O grupo de trabalho obteve o apoio de mais de 60 empresas.

Outro exemplo foi o 1º GP de Ciclismo de Valparaíso. Por meio de parceria, foram trazidos atletas, inclusive, de outras localidades para participar da corrida. Brasília, Cristalina, Anápolis, Luziânia, Cidade Ocidental e Jardim Ingá são alguns exemplos.

Contudo, as atividades do Projeto Movimento não ficaram restritas ao Município. O grupo 1 também conseguiu articular o apoio dos comerciantes locais para a participação de atletas de Valparaíso de Goiás em um evento fora da cidade. Os seis membros da equipe de ciclismo competiram na 14ª Volta Master

de Goiânia e trouxeram medalhas ao conquistarem o 3º e o 5º do pódio, entre mais de 140 participantes.

O grupo entende que os eventos são uma forma de despertar o interesse da comunidade pelo uso da bicicleta como meio de lazer e transporte. Todavia, deseja ir mais longe com o Projeto de Bicicletários. A proposta é disponibilizar espaço para armazenamento das bicicletas a baixo custo. Os integrantes do grupo buscam investimento e apoio de comerciantes. Estão previstos 10 bicicletários, que serão instalados na avenida comercial de Valparaíso II e no Parque Rio Branco.

## Desenvolvimento econômico e socioambiental

Enquanto o primeiro grupo soma esforços para estimular o uso da bicicleta também como meio de transporte, o segundo trabalha em outra direção. Foi criado o Projeto Horta do Futuro, que consiste em aproveitar pequenos espaços urbanos para cultivar hortas caseiras experimentais.

Como explica a CNM, a horta vertical é uma solução para famílias que precisam de uma fonte de renda extra e dispõem de pouco espaço para produzir. Além disso, a produção em um espaço menor

# es em favor da mobilidade urbana

demanda menos água e insumos, proporcionando economia de recursos naturais.

As hortaliças são dispostas em prateleiras e algumas em garrafas de plástico. Essa opção serve como forma de reciclagem e preservação do meio ambiente. A alternativa permite que a água usada na plantação, que fica na parte superior, seja aproveitada nas plantas que estão nas partes inferiores da estante.

Um dos princípios básicos do Projeto foi o uso racional da água e dos materiais que normalmente são transformados em entulhos. Outra curiosidade é que parte do adubo utilizado na horta vem da decomposição de folhas, que tem produzido alimentos como alface, chuchu, rúcula, cebolinha, alho poró, salsa e couve.

Para auxiliar a comunidade nesse processo, ocorreram palestras cujo tema foi “produzindo mais com menos”. Além disso, o cronograma de ações do segundo grupo também contou com visitas técnicas à sede da Rede Terra e à horta experimental, localizada na Secretaria do Meio Ambiente. Nesta última, por exemplo, são cultivadas as hortas verticais e um viveiro, que reúne várias espécies de plantas como arueira, cedro, ipê, imbaúba e palmeirinha ornamental.

## Outros avanços

Após o mapeamento dos problemas mobilidade urbana, os grupos de trabalho encaminharam uma proposta à Secretaria Municipal de Participação Popular, em abril deste ano. O documento trazia como proposta a criação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana de Valparaíso de Goiás.

Em encontro com o secretário, também foram feitas outras solicitações como: a realização de audiência pública para tratar do tema, a criação de ciclovias, destinação de espaços públicos para praças e hortas urbanas e a criação de aplicativos de celular para mapear rotas de transporte do Município.

A aplicação da metodologia Smart também estimulou o poder público a realizar uma reunião com Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT),



Projeto Movimento



Projeto Movimento

responsável pela BR 040. A via divide o Município ao meio, aumentando os desafios para promover a mobilidade urbana e integrar as duas áreas. Os grupos sugeriram medidas à prefeitura, que levou adiante algumas sugestões. Entre elas, a solicitação de construir cinco passarelas na BR 040 já existentes no projeto da ANTT para a via e a aprovação do projeto para a construção de paradas de ônibus ao longo do trecho da rodovia que corta o Município.

Também partiu da prefeitura a iniciativa de agendar uma reunião com o Ministério das Cidades para tratar das demandas de mobilidade urbana. Conforme sinalizado pela prefeita de Valparaíso de

Goiás, Lucimar Nascimento, o encontro resultou na liberação de R\$ 116 milhões para obras de pavimentação e mobilidade nos bairros Anhanguera A, B e C.

Na ocasião, foi reforçada, ainda, a importância de estender o BRT até Luziânia e utilizar a ferrovia para transporte de passageiros até Brasília.

As propostas elaboradas pelos grupos vêm sendo apresentadas para a prefeitura de Valparaíso de Goiás, que trabalha para contruir o Plano Municipal de Mobilidade Urbana. A Confederação acredita que essa integração entre o poder público e a sociedade civil é fundamental para garantir a continuidade do Projeto Movimento no Município.

## Seca no Nordeste

# Conhecendo o Monitor da Seca no No

Na segunda-feira, 20 de junho, a área técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM) acompanhou o evento a uma gestão proativa de secas promovido pelo Banco Mundial. Mais de cem participantes lotaram a sala para conhecer a ferramenta Monitor da Seca e também entender como este instrumento pode ser aplicado nas políticas públicas.

Apesar de muito grave, a seca não é muito mencionada como desastre pelas autoridades. Porém um dado apresentado foi que houve uma diminuição de 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal de 2010 a 2014 por causa da seca. Entre 2012 a 2014, quando a seca ficou mais marcante, o valor foi de 8,9%.

Atualmente já existem programas de respostas para seca como distribuição de água com caminhão-pipa, perfuração de poços, barragens, linhas de créditos, programas como o garantia-Safra. Porém, faz-se necessária uma gestão mais proativa como, por exemplo, aumento de monitoramento, avaliação e planejamento em relação à seca. “É interessante para os tomadores de decisão saberem o que custa e o que se perde com a seca. Esta é a diferença entre uma gestão proativa e reativa”, explicou a especialista em recursos hídricos e analista do Banco Mundial, Carmen Molejón.

## Monitor da seca do Nordeste

Para o gestor conseguir ter atitudes proativas em relação ao fenômeno da seca, é preciso conhecê-lo. Por isso, desde 2012, no auge da seca do Nordeste, foi criado um grupo de trabalho com a parceria do Banco Mundial para combinar dados, gerar indicadores (precipitação, evapotranspiração por exemplo) e analisar. Após a análise dos dados, houve a necessidade de validação pelas pessoas que vivenciam a seca de perto.

“Os prefeitos são convidados a participarem ativamente desta parceria, pois são eles que experimentam a seca de perto; nós estamos atrás dos computadores e de números, eles estão na localidades e são aptos para validarem nossos estudos”, explica Eduardo Martins, presidente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.



Ag. CNM



O Monitor é uma ferramenta permanente que está sempre em evolução para ajudar e melhorar as políticas públicas. A previsão é expandir este instrumento para o restante do Brasil, que também é afetado por períodos de seca, como o norte de Minas, por exemplo.

## Aprimoramento necessário

Como a ferramenta é nova, ela ainda necessita de melhorias e uma melhor disseminação entre os maiores interessados: a população. Segundo Marcelo Asfora, diretor-presidente da Agência Pernambucana de Águas e Clima, é necessário evoluir para um recorte municipal do programa e não regional. “Outro ponto importante é inserir o Monitor nas políticas setoriais como o Garantia-Safra. Além disso, é necessário ter segurança jurídica para tomar as corretas decisões em políticas públicas”, adverte Asfora.

Outro ponto abordado com grande importância para os Municípios é sobre as decretações de situação de emergência por causa da seca. Muitos gestores municipais desconhecem o Monitor e assim não o usam como base para os seus pedidos de anormalidade. Este desconhecimento mostra a ne-

cessidade de uma melhor validação dos resultados pelos Municípios.

## Observações técnicas da Confederação

A CNM destaca sua preocupação acerca do novo sistema “Monitor da Seca”. É bem verdade que a nova ferramenta permitirá às administrações públicas estaduais e Federal obter maior precisão quanto aos dados coletados por meio do sistema, pois serão mais específicos e concentrados na área atingida. Porém, é importante lembrar que a seca causa grande impacto negativo em praticamente todos os setores econômicos (indústria, agronegócio e pecuária) de um Município e não somente em apenas uma região de um Município.

Este fator pode tornar a disponibilização dos recursos muito injusta, uma vez que o governo pode concentrar seus programas apenas nas áreas listadas pelo sistema. Em geral, como demonstrado pela CNM, os prejuízos econômicos e financeiros causados pela seca afetam toda a população do Município, uma vez que cidades inteiras dependem dos pequenos comércios e da agricultura de subsistência.

# Nordeste: expectativas e preocupações



Fernando Frazão/Ag. Brasil

## Caso específico

Citando um exemplo, o Município de Piquet Carneiro, mesmo executando seu excelente e pioneiro Plano de Preparação para a Seca de boas práticas de gestão dos escassos recursos hídricos, também sofreu grandes prejuízos entre os anos de 2013 a 2015. Nesses dois anos, os prejuízos causados pela seca no agronegócio de Piquet Carneiro foram mais de R\$ 40,1 milhões, e na pecuária foram mais R\$ 1,4 milhão.

Entre 2013 e abril de 2015, o Município foi obrigado a decretar situação de emergência cinco vezes, e todos os 15.501 habitantes foram afetados.

A CNM teme que os laudos técnicos e os relatórios dos danos e dos prejuízos realizados pelos próprios Municípios, que conhecem melhor a realidade, sejam desconsiderados e substituídos pelo Monitor, eficiente, porém ainda com falhas técnicas e distanciamento da realidade.

Desse modo, a CNM destaca alguns problemas que podem surgir com o novo sistema:

- concentração de recursos apenas nas áreas em que os mapas gerados pelo sistema irão considerar mais críticas;

- liberação de recursos insuficientes para atender todos os afetados;
- redução do grau de importância das informações municipais contidas nos documentos como planos de trabalhos, laudos e relatórios;
- a integração de todos os Entes no Sistema pode se tornar morosa e com riscos de até mesmo não ocorrer, uma vez que nem todos os Municípios dispõem de tecnologia operacional e humana para a devida validação do sistema.

## Defesa Civil

# Temporais castigam Municípios pa

Junho começou com fortes temporais e muitos estragos na região leste do Estado de São Paulo. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem acompanhado a situação dos Municípios da região e traz novas informações. Segundo dados da Defesa Civil Estadual, ao menos 38 cidades já foram afetadas pelas chuvas intensas desde o início do mês de junho.

Os relatos têm início no dia 3 de junho. Dois Municípios paulistas vivenciaram o transbordamento de rios em razão do excesso de chuvas. Foram eles: Salto e Sumaré. Na primeira cidade, o aumento do volume do Rio Jundiá e do Rio Tietê provocou alagamento em três residências. Ao todo, duas famílias ficaram desalojadas e oito pessoas foram encaminhadas para casa de parentes. De acordo com a prefeitura de Salto, não há registro de feridos, mortos ou desaparecidos.

Já no Município de Sumaré, os efeitos do temporal foram mais severos. A cheia do Rio Quilombo deixou vários bairros alagados e atingiu aproximadamente 300 residências. Informações da prefeitura contabilizam mais de 300 pessoas desalojadas e 50 pessoas desabrigadas. Sumaré informou que ainda está avaliando os danos antes de solicitar apoio ao governo estadual e à União.

No domingo, 5 de junho, o Município de Campinas foi atingido por um tornado que provocou diversos transtornos para a população. O fenômeno obteve confirmação por um parecer emitido pela geógrafa Luci Hidalgo Nunes, ligada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e apontado como grau 2 na escala de intensidade.

Por causa do tornado, foram registrados transbordamentos, destelhamentos de casas e quedas de árvores. De acordo com a Defesa Civil local, quatro pessoas ficaram feridas, 200 desalojadas e 40 estão abrigadas em uma escola municipal. O órgão adiantou que Campinas irá decretar Situação de Emergência e solicitará ao governo o adiantamento do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) das famílias atingidas.

Também no dia 5 de junho, um temporal e fortes

rajadas de vento causaram morte e destruição em Jarinu. Uma mulher faleceu após ser atingida pela estrutura de um ponto de ônibus que cedeu. Uma igreja desabou durante um culto e 20 das 50 pessoas presentes ficaram feridas. Para se ter ideia da intensidade dos ventos, duas carretas – cada uma com peso de 10 toneladas – chegaram a tombar com o temporal.

Um dia depois, em 6 de junho, foi a vez de Capivari enfrentar o intenso o temporal. Além da alta precipitação pluviométrica, o fenômeno teve longa duração, o que aumentou os estragos na cidade.

O Rio Capivari extravasou e provocou o alagamento de vários bairros. Equipes da Defesa Civil municipal estão contabilizando os danos e prestando suporte às pessoas afetadas. Não houve registro de pessoas mortas, desaparecidas ou feridas.

Ainda na mesma data, fortes rajadas de vento e descargas elétricas chagaram ao Município de São Roque. Árvores foram derrubadas, casas destelhadas, postes caíram e a transmissão de energia ficou prejudicada. Na zona rural, uma residência desabou e duas pessoas foram atingidas. Equipes da Defesa Civil estão em campo vistoriando os locais afetados pelo temporal.

Mais estragos ocorreram na cidade de Santa Bárbara d'Oeste. No dia 7 de junho, o Município também foi afetado por fortes chuvas, de longa duração e acompanhadas por intensas rajadas de vento. A Defesa Civil municipal informa que o fenômeno atingiu 25 casas, deixando cerca de 100 pessoas desalojadas. Não houve registro de vítimas.

## Como agir durante os temporais

A CNM entrou em contato com a coordenadoria Estadual de Defesa Civil de São Paulo, que listou algumas orientações para a população durante a incidência de temporais. Se houver vento forte, a orientação é



Gov. Paraná

permanecer em local seguro e não transitar em áreas abertas, próximas a árvores, placas ou objetos que possam ser arremessados.

Também se recomenda fechar janelas e portas e não manusear equipamentos elétricos ou telefones em razão dos raios e dos relâmpagos que podem ocorrer. Outra dica é não se abrigar debaixo de árvores ou outras superfícies frágeis.

Em caso de tornado, a melhor proteção individual é constituída por abrigos subterrâneos, como um porão, já que o efeito de sucção dos tornados só ocorre a partir da superfície do solo. Se a residência não tem porão, a orientação é ficar no corredor interno, deitado próximo ao chão (no piso mais inferior) e colocar-se debaixo de uma peça do mobiliário resistente ou de um colchão.

## Municípios afetados

As fortes chuvas deste mês de junho afetaram 38 cidades paulistas. São elas: Atibaia, Barueri, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Capivari, Catanduva, Francisco Morato, Franco da Rocha, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiá, Leme, Limeira, Mairinque, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Novo Horizonte, Pedreira, Pirapora do Bom Jesus, Pontalinda, Ribeirão Preto, Salto, Santa Gertrudes, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo Antonio do Aracanguá,

# Paulistas e CNM lista recomendações

São Carlos, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, Sorocaba, Sud Mennucci, Sumaré, Suzanópolis e Vargem Grande Paulista.

## Recomendações da Defesa Civil

Tempestades com descargas elétricas (raios), vento e granizo: permanecer em local seguro e não transitar em locais abertos, próximo a árvores, placas publicitárias ou objetos que possam ser arremessados. Se houver granizo, é aconselhável que as pessoas se protejam em lugares com boas coberturas, como banheiros das residências. Também é aconselhável fechar janelas e portas e não manusear equipamentos elétricos ou telefones em razão dos raios e dos relâmpagos.



Prof. Porto Alegre

### O que fazer ao verificar a iminência de ventos fortes?

1. Revise a resistência de sua casa, principalmente o madeiramento de apoio do telhado e a amarração das telhas no madeiramento, se tiver.
2. Feche bem janelas, basculantes, portas de armários, evitando canalizações de ventos no interior de sua residência. Feche persianas, cortinas, blecautes, a fim de que, no caso de quebrar algum vidro de janela, os estilhaços não sejam lançados e espalhados pelo cômodo, podendo atingir alguém.
3. Desligue os aparelhos elétricos e feche o registro do gás de cozinha, evitando agravamentos no caso de queda de árvore.
4. Coloque no piso todos os objetos que possam cair.
5. Mantenha as árvores em sua casa saudáveis e bem podadas.
6. A poda preventiva pode ser solicitada no Corpo de Bombeiros Militar em seu Município.
7. Em caso de tornado, procure orientações junto à prefeitura para identificar quais os melhores locais para abrigos ou rotas de fuga.

### Quais precauções devem ser tomadas durante ventos fortes?

1. Evitar a prática de esportes influenciados pelos ventos ou aquáticos.
2. Evitar empinar pipas.
3. Evitar ficar próximo a precipícios, encostas ou lugares altos sem proteção.
4. Evitar transitar nas proximidades de fiação elétrica.
5. Trabalhadores que utilizam andaimes devem redobrar os cuidados e verificar com atenção a fixação das amarrações e dos encaixes metálicos.
6. Tomar cuidado com lentes de contato, pois o vento forte pode pressioná-las contra os olhos ou deslocá-las.
7. Quando estiver transitando pelas avenidas, evitar passar sob cabos elétricos, outdoors, andaimes, escadas, estruturas que não transmitem segurança, escadas, dentre outros. Não estacionar veículos próximos a torres de transmissão e placas de propaganda, pois estas estarão sob influência de ventos fortes.
8. Não se abrigar debaixo de árvores ou em frágeis coberturas metálicas.

9. Em caso de tornado, a melhor proteção individual é constituída por abrigos subterrâneos, como um porão, já que o efeito de sucção dos tornados só ocorre a partir da superfície do solo.
10. Se a residência não tem porão, fique no corredor interno, deitado próximo ao chão (no piso mais inferior) e coloque-se debaixo de uma peça do mobiliário resistente ou de um colchão.
11. Se você for surpreendido por um tornado fora de casa, deve deitar-se em uma vala ou depressão do terreno que se encontra fora da estrada, afastado de árvores, postes ou muros. Não tente fugir de um tornado de automóvel, saia imediatamente do veículo.

### O que fazer depois de vendavais ou tornados?

1. Ajude na limpeza e recuperação da área onde se encontra, começando pela desobstrução das ruas e outras vias.
2. Ajude seus vizinhos que foram atingidos.
3. Evite o contato com cabos ou redes elétricas caídas.
4. Avise o Corpo de Bombeiros Militar ou a Defesa Civil sobre estes perigos.

## Educação

# Sem reajuste há quatro anos, CNM solicita mais participação dos Municípios em debate sobre a merenda escolar

A educação infantil é considerada a etapa de ensino de maior custo para os gestores municipais. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) lembra que o fornecimento da merenda escolar, especificamente para as crianças de 0 a 3 anos nas creches, tem gerado preocupação aos gestores de todo o Brasil. Os valores repassados pelo governo federal para o custeio da merenda estão congelados desde 2013. O valor transferido é de apenas R\$ 1 por aluno/dia.

A CNM informa que, se esse valor fosse corrigido pela inflação em maio de 2016, o repasse deveria ser de R\$ 1,54. Isso representa uma defasagem de 53,8% nesses quatro anos. A insuficiência dos repasses federais em relação ao alto custo do programa de alimentação escolar decorre da não atualização, ao menos pela inflação, dos valores repassados pela União. Ou seja, o reajuste é dado pelo governo federal sem critérios predefinidos.

A União concede o aumento quando entende que deve ser feito o reajuste. Por isso, a Confederação ressalta que o repasse fica muito aquém do que os Municípios necessitam para manutenção dos programas. Diante dessa situação, a CNM reivindica a mudança desse cenário. Em audiências públicas na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e junto à presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a entidade tem sistematicamente reivindicado que seja revertida essa difícil situação vivenciada pelos Municípios.

**Logística e cálculo dos repasses** – A Confederação explica que, no exercício de sua função redistributiva e supletiva, a União, por meio do FNDE, transfere recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).



O Pnae tem caráter complementar e atende aos alunos de toda educação básica, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Os valores repassados à conta do Pnae são calculados de acordo com as matrículas em cada etapa e modalidade da educação básica, apuradas pelo censo escolar do ano anterior ao do atendimento. O repasse é feito em 10 parcelas mensais e cada parcela corresponde a 20 dias de aula.

## Observatório do crack

# Reinsereir leva ideologia a Seminário Sobre Drogas de Cantanhede (MA)

O primeiro Seminário Sobre Drogas de Cantanhede (MA) ocorreu durante esta semana, com a presença da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Com objetivo de fomentar a criação do conselho municipal e instituir estrutura para o público, a iniciativa reuniu no dia 22 de junho representantes da Saúde municipal, da Assistência Social, do Judiciário, da sociedade civil organizada e de vereadores.

No mesmo padrão do Fórum Metropolitano de Políticas sobre Drogas, ocorrido em São Luís (MA), a primeira edição do encontro em Cantanhede teve esclarecimentos sobre o Projeto de Integração Local para Reinsereir Social do Usuário de Drogas (Reinsereir). Além da ação que é promovida pela CNM, em parceria com a União Europeia e os governos municipais paribanos, a consultora da Confederação, Rosângela Ribe-

ro, também apresentou outras políticas desenvolvidas pela entidade que podem ser aplicadas no Município, de acordo com a realidade local.

O evento ocorreu no auditório da Câmara Municipal e foi organizado pelo presidente da câmara de vereadores, Emerson Costa. Ele também contou com o apoio da Rede Maranhense de Diálogo Sobre Drogas (Remade) e de outros representantes sociais e públicos locais. Representantes de Municípios da região, como Matões do Norte, Miranda do Norte e Pirapemas, também participaram do Seminário.

Antes do evento, o prefeito de Cantanhede, José Martinho, recebeu a equipe da Confederação e se demonstrou bastante aberto às ações que visam a fortalecer a Assistência Social. O gestor expressou interesse em replicar as ações dos projetos desenvolvidos pela

entidade, principalmente o Reinsereir.

Martinho sinalizou, inclusive, que vai começar uma articulação com os Municípios vizinhos para promover, futuramente, capacitações e orientações que provam a estrutura de atendimento do público dependente químico. O desejo do prefeito e do vice-prefeito, Waldir Quaresma, também presente no evento, foi reforçado durante o evento. Ainda na programação do encontro, houve um espaço para apresentações propositivas.

Ficou previamente definida a estruturação de um grupo de trabalho, uma espécie de comissão, que vai construir a formação desse Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas. Também foi promovida a segregação dos participantes em grupos para que eles relatassem suas sugestões para o conselho e para os seus participantes.